



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
EDITAL Nº 20/2016-GR

PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- Opção -
105

INFORMAÇÕES AO CANDIDATO

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados:

NOME: _____ Nº. CPF: _____

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocado acima, é o mesmo constante da sua FOLHA RESPOSTA. Caso haja qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais ao constante da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA tem, obrigatoriamente, de ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída, portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.), chapéu, boné, ou similares, e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.

Leia o **TEXTO 01** para responder às questões de 1 a 5.

TEXTO 01
UM ANO DE ELEIÇÃO

Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral. Em menos tempo do que parece, realizaremos as eleições municipais de 2016.

Os sinais estão no ar: os pré-candidatos e seus patronos movimentam-se, pesquisas de intenção de voto são divulgadas, cálculos e especulações correm soltos.

É ótimo que seja assim. Nunca é demais lembrar quão excepcional, na história política brasileira, é o período no qual vivemos: em toda nossa trajetória, é a mais longa fase de normalidade democrática.

Para um país que teve seus primeiros cem anos de vida republicana entrecortados por golpes de Estado e ditaduras, é extraordinário o fato de estarmos perto de comemorar três décadas seguidas de eleições de prefeitos nas capitais e grandes cidades. Um período curto para nações democráticas, mas longo no nosso caso.

Nada indica que a eleição deste ano será diferente. A imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros impede a prevalência de elementos mais gerais e o quadro que emerge da disputa assemelha-se sempre a uma colcha de retalhos muito díspares.

Perde tempo quem procura antecipar o “sentido” da eleição, compreender seu “recado” ou projetar a corrida presidencial seguinte à luz dos resultados.

Podemos estar certos de apenas umas poucas coisas. A primeira: as disputas municipais não são um tipo de “eleição de meio período”, como existe nos Estados Unidos e em outros países. Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”, de apoio ou reprovação dos governadores ou do presidente.

O que fazem, unicamente, é procurar identificar o melhor candidato a prefeito de sua cidade, que se ocupará de questões tão mais relevantes quanto mais pobre for o eleitor.

A segunda é que, para a maioria do eleitorado, a eleição municipal é a escolha de um indivíduo. Apoios e endossos contam, mas raramente são decisivos.

É minoria a parcela que escolhe prefeitos por suas vinculações, principalmente com partidos, seja para se decidir em quem votar ou não. É majoritária a proporção daqueles que buscam entre os candidatos nítidos atributos administrativos.

A terceira é que a imagem nacional das legendas tem pouco a ver com sua performance nas eleições locais. Pesquisa recente do Instituto Vox Populi traz elementos para se interpretar essa dissociação entre imagem nacional e voto municipal. Perguntados a respeito da possibilidade de votar em um candidato a prefeito de determinado partido em 2016, pouco mais de um terço dos entrevistados respondeu que não havia “nenhuma” possibilidade, seja por nunca terem votado no partido, seja por estarem hoje decididos a não votar.

Cerca de 10% disseram que “votariam com certeza”, pois sempre votaram em candidatos a prefeito da legenda. E 50% responderam que “se tiverem um bom candidato ou candidata, poderiam votar nele ou nela”.

Isso vale da menor cidade do Brasil à megalópole São Paulo. Quem hoje vaticina a respeito da mais importante eleição de 2016 apenas contribui para aumentar o lixo de bobagens produzido sobre o assunto. De 1985 para cá, a eleição em São Paulo mandou para o cemitério um caminhão de teses desmentidas pelas urnas.

(COIMBRA, Marcos. **Um ano de eleição (Adaptado)**. Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/876/um-ano-de-eleicao-3977.html>. Acesso em: 09/02/2014.)

1. O autor do TEXTO 01 introduz o tema e seu ponto de vista sobre ele por meio de uma ampla apresentação. Com relação à ideia global do texto, é possível afirmar que
 - a) refere-se à democracia no Brasil, atentando para o quanto ela é importante, visto que nosso país passou por golpes de Estado e ditaduras.
 - b) trata-se das eleições municipais de 2016, enfatizando o quanto o voto das pessoas nesta ocasião pode nos dizer a respeito da próxima corrida presidencial.
 - c) trata-se das eleições municipais de 2016, com atenção para o fato de elas não representarem, necessariamente, a opinião das pessoas quanto à próxima corrida presidencial.
 - d) refere-se à imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros, que impossibilita a dissociação das eleições municipais de 2016 da próxima corrida presidencial.
 - e) trata-se da diferença entre o Brasil e outros países no que diz respeito à eleição para prefeito de seus municípios.

2. No que diz respeito ao vocabulário utilizado no texto, analise as proposições a seguir:
 - I. No trecho “*Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral (...)*” (1º parágrafo), o termo destacado poderia ser substituído por **agitação**.
 - II. Em “*Para um país que teve seus primeiros cem anos de vida republicana entrecortados por golpes de Estado e ditaduras (...)*” (4º parágrafo)”, poderíamos substituir a palavra destacada por **ajudados**.
 - III. No trecho “*A imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros (...)*” (5º parágrafo)” é possível substituir o vocábulo destacado pelo termo **igualdade**.
 - IV. Em “*o quadro que emerge da disputa assemelha-se sempre a uma colcha de retalhos muito díspares (...)*” (5º parágrafo), é possível trocar o termo destacado pela palavra **divergentes**.
 - V. No trecho “*Quem hoje vaticina a respeito da mais importante eleição de 2016 (...)*” (13º parágrafo), o vocábulo em destaque poderia ser substituído pelo termo **prenuncia**.

Estão CORRETAS as proposições

- a) II, III e V.
 - b) I, III e IV.
 - c) I, II e III.
 - d) II, IV e V.
 - e) I, IV e V.
-
3. Os sinais diacríticos, como a vírgula, os dois-pontos, os parênteses e outros, contribuem significativamente para o bom entendimento do texto, tornando o conhecimento sobre eles algo extremamente necessário. Assim, analise e assinale a alternativa CORRETA.
 - a) “Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral” (1º parágrafo), as vírgulas servem para separar um período composto subordinativo adjetivo.
 - b) Em “Nada indica que a eleição deste ano será diferente.” (5º parágrafo), o ponto final desse trecho poderia ser substituído por dois-pontos sem alteração de sentido.
 - c) Em “Os eleitores não vão às urnas para ‘enviar sinais’, de apoio ou reprovação dos governadores ou do presidente.” (7º parágrafo) a vírgula é facultativa, uma vez que, sem ela, o sentido da expressão não se alteraria no texto.

- d) Em “Os sinais estão no ar: os pré-candidatos e seus patronos movimentam-se, pesquisas de intenção de voto são divulgadas, cálculos e especulações correm soltos.” (2º parágrafo), os dois-pontos introduzem uma citação de vários termos que se referem à palavra “ar”.
- e) Em *Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”* (7º parágrafo) e em *Cerca de 10% disseram que “votariam com certeza”* (12º parágrafo), as aspas desempenham a mesma função nos trechos sublinhados.

4. Em relação aos aspectos coesivos do TEXTO 01, assinale a alternativa VERDADEIRA.

- a) As palavras “primeira”, “segunda”, nos parágrafos 7º e 9º, respectivamente, estão estabelecendo uma relação de ideias, que vai da informação primária à secundária.
- b) A palavra “eleição”, por se repetir três vezes no mesmo texto, demonstra uma falta de conhecimento acerca do vocabulário da língua, uma vez que o autor poderia ter optado por sinônimos.
- c) No terceiro parágrafo, se trocássemos a palavra “vivemos” por “passamos” em “é o período no qual vivemos”, a expressão destacada permaneceria inalterada.
- d) No trecho “seja por nunca terem votado no partido, seja por estarem hoje decididos a não votar” (11º parágrafo), não poderíamos trocar o termo destacado por “ou”, pois quebraria a relação de paralelismo no texto.
- e) No início do último parágrafo, poderíamos trocar o pronome demonstrativo “Isso” por “Isto”, que não alteraria o sentido da frase e ainda deixaria o texto mais formal, já que é uma notícia.

5. Em relação aos recursos expressivos que contribuem para o entendimento do TEXTO 01, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em *Um período curto para nações democráticas* (4º parágrafo) e *Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”* (7º parágrafo), os termos sublinhados desempenham a mesma função de finalidade.
- b) Os trechos “**votariam** com certeza” (12º parágrafo) e “**poderiam** votar nele ou nela” (12º parágrafo) estão ambos ligados a uma hipótese, ou seja, a uma situação que não é certa.
- c) Em “as disputas municipais não são um tipo de ‘eleição de meio período’, como existe nos Estados Unidos” (7º parágrafo), a expressão sublinhada pode ser substituída por “conforme” sem alteração de sentido.
- d) Em “De 1985 para cá” (13º parágrafo), o termo destacado é uma expressão circunstancial e refere-se, no texto, a um lugar, São Paulo, fazendo o contraste dos tempos de antigamente e hoje.
- e) A expressão “**Nunca** é demais lembrar” (3º parágrafo) e “**Nada** indica” (5º parágrafo) desempenham a mesma função de negar algo.

Leia o TEXTO 02 para responder às questões 6 e 7.

TEXTO 02

A CRISE E SUAS INTERPRETAÇÕES

Quanto mal uma mídia partidarizada pode causar a um País? Que prejuízos a irresponsabilidade dos veículos de comunicação traz à sociedade?

No Brasil, essas não são perguntas acadêmicas. Ao contrário. Em nossa história, sobram exemplos de períodos em que a “grande imprensa”, movida por suas opções políticas, jogou

contra os interesses da maioria da população. Apoiou ditaduras, avalizou políticas antipopulares, fingiu não ver os desmandos de aliados.

O instituto Vox Populi acaba de realizar uma pesquisa nacional sobre sentimentos e expectativas a respeito da economia. O levantamento deixa claro o preço que pagamos por ter a mídia que temos.

A pesquisa tratou principalmente de inflação e desemprego e mostra que a opinião pública vive um pesadelo. Olha com desconfiança o futuro, teme a perda de renda e emprego, prefere não consumir e não tem disposição de investir. Está com medo da “crise”.

Todos sabem quão importante é o papel das expectativas na vida econômica. Quando a maioria das pessoas se convence de que as coisas não vão bem, seu comportamento tende a produzir aquilo que teme: a desaceleração da economia e a diminuição do investimento público. A “crise” é, em grande parte, provocada pelas expectativas.

Estampada em manchetes e com tratamento de luxo nos noticiários de tevê, a “crise econômica” estava na pauta dos meios de comunicação muito antes de se tornar uma preocupação real da sociedade. Há ao menos dois anos, é o principal assunto.

A nova pesquisa mostra que a quase totalidade dos brasileiros, depois de ser bombardeada durante tanto tempo com a noção de “crise”, perdeu a capacidade de enxergar com realismo a situação da economia.

A respeito da quantia imaginada para comprar, daqui a um mês, o que compram atualmente com 100 reais, apenas 2% dos entrevistados estimaram um valor próximo àquele. Os demais 98% desconfiam de que vão precisar de mais ou de muito mais. Desse total, 73% temem uma alta dos preços superior a 10%. Quase a metade, 47%, estima uma inflação acima de 20%. E não menos de 35% receiam que os preços subirão mais de 30% em um mês.

Os números são semelhantes nas análises do desemprego. Apenas 7% dos entrevistados sabem que hoje menos de dez indivíduos em cada cem estão desempregados. Cerca de um quarto acredita que o desemprego varie de 10% a 30% da força de trabalho e 38% imaginam que a proporção de brasileiros sem emprego ultrapassa os 40%.

Por esse raciocínio, o cenário até o fim do ano seria dantesco: quase 40% acreditam que o desemprego em dezembro punirá mais da metade da população ativa.

Para tanta desinformação e medo do futuro, muitos fatores contribuem. Nossa cultura explica parte desses temores. Os erros do governo, especialmente de comunicação, são responsáveis por outra. Mas a maior responsável é a mídia hegemônica.

Ninguém defende que a população seja mantida na ignorância em relação aos problemas reais enfrentados pela economia. Mas vemos outra coisa. A mídia deseduca ao deformar a realidade e por nada fazer para seus leitores e espectadores desenvolverem uma visão realista e informada do País. Fabrica assustados para produzir insatisfeitos.

Com isso, torna-se agente do agravamento de uma crise que estimulou e continua a estimular, apesar de seu custo para as famílias e para o Brasil.

(COIMBRA, Marcos. Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-crise-e-suas-interpretacoes-4986.html>. Acesso em: 26/01/2016. Adaptado.)

6. O TEXTO 02 discorre, entre outras questões, sobre a atual crise econômica pela qual está passando o nosso país. Contudo, pode-se dizer que sua principal finalidade é discutir
- os erros de comunicação cometidos pelo governo.
 - a importância de pesquisas para que os fatos sejam mostrados à população.
 - a porcentagem de pessoas verdadeiramente atentas à economia no país.
 - a influência da mídia na formação de opinião das pessoas.
 - o provável aumento do desemprego provocado pela “crise”.

7. De acordo com a Nova Ortografia da Língua Portuguesa, no trecho “Apoiou ditaduras, avalizou políticas **antipopulares**, fingiu não ver os desmandos de aliados (...)” o termo destacado
- I. deveria ter sido grafado com hífen, como em anti-higiênico e anti-inflacionário.
 - II. está adequadamente grafado, obedecendo à regra em que prefixo terminado em vogal se junta com a palavra iniciada por consoante.
 - III. está adequadamente grafado, assim como em antiaéreo e antiprofissional.
 - IV. tem como facultativo o emprego do hífen, visto que o Novo Acordo Ortográfico ainda é recente.
 - V. obedece à mesma regra que palavras formadas por prefixos como super-, ultra- e sub-.

Estão CORRETAS as proposições

- a) II, III, IV e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III, IV e V.

Leia o TEXTO 03 para responder às questões 8 e 9.

TEXTO 03

DRONES

Já contei que, morando na Califórnia na época da Segunda Guerra Mundial, com 7 anos de idade e influenciado pelo noticiário e pelo clima de guerra, comecei a matar alemães e japoneses imaginários nos meus jogos solitários com tanta fúria que meu pai se preocupou. Fui levado a um médico, que me contou que as tropas aliadas estavam fazendo um bom trabalho matando inimigo e não precisavam da minha ajuda, pelo menos não tão entusiasmada. Embora não tenha parado com os massacres, o resultado do episódio foi que me tornei um pacifista para o resto da vida. Mas meu maior problema então, aos 7 anos, era a qualidade do armamento com que contava para minhas missões no Norte da África e nas selvas do Pacífico. Minha metralhadora era uma réplica perfeita de uma metralhadora de verdade, mas não disparava balas, só fazia barulho. Meu capacete era igual aos capacetes do exército americano, mas para criança. Minha pistola 45 só serviria para assustar o inimigo – também não disparava balas reais. Ah, se eu tivesse um lança-chamas que lançasse chamas. Uma bazuca. Um tanque. Um avião! Os alemães e os japoneses teriam se rendido muito mais cedo.

Tenho visto anúncios de “drones” que podem ser comprados por qualquer um. Imagino que sejam iguais aos que estão sendo usados no Oriente Médio, para escolher alvos e guiar mísseis. Há tempo que qualquer um pode comprar armas de guerra reais, mas esta é a primeira vez que uma arma com a sofisticação letal do “drone” – a arma do futuro, da guerra teleguiada, do combate por painéis de controle, o máximo de estragos com o mínimo de risco – é oferecido ao público como um 45 de plástico.

Claro que “drone” não é só para guerra. Serve para espiar o quintal do vizinho, até para entrar pela janela e assustar a vizinha no banho. Pode-se pensar – por exemplo – numa versão atualizada de *Romeu e Julieta*: Julieta na sua sacada no vigésimo andar recebe a visita do “drone” controlado por Romeu a quilômetros de distância. Nada poético, é verdade. Mas o que sobrou de poético hoje em dia?

O fato é que, com um “drone” em casa, você está equipado como um exército moderno. Ah, eu com um “drone” nos meus 7 anos...

8. No início do texto, o autor faz um relato de caráter sarcástico sobre os brinquedos infantis há um determinado tempo. O uso desse recurso narrativo nos permite inferir sua intenção de
- mostrar como os brinquedos de antigamente, embora tivessem aparência tão sofisticada, estão ficando obsoletos em comparação com os de hoje em dia, que utilizam tecnologias de ponta, como o “drone”.
 - mostrar como já eram perigosos os brinquedos infantis por serem tão similares aos armamentos verdadeiros, o que despertava nas crianças comportamentos agressivos.
 - mostrar apenas como eram saudosas as lembranças do seu tempo de menino por admirar como eram inocentes os comportamentos das crianças daquele tempo, que difere de hoje.
 - mostrar como os brinquedos de hoje em dia estão tão avançados em relação àqueles de pouco tempo atrás, revelando, dessa forma, que o desenvolvimento da tecnologia muito mudou a realidade das brincadeiras infantis.
 - mostrar que, mesmo com uma sofisticação aparente que assemelhava os brinquedos às armas verdadeiras, ainda assim esses brinquedos eram menos ameaçadores do que os próprios “drones”.
9. Observe os trechos, retirados do 1º parágrafo, abaixo.

Trecho 1: *Minha metralhadora [...], **mas** não disparava balas, só fazia barulho.*

Trecho 2: *Meu capacete [...], **mas** para criança.*

Trecho 3: *Minha pistola 45 [...] – **também** não disparava balas reais.*

Trecho 4: ***Embora** não tenha parado com os massacres.*

Analise as proposições acerca dos trechos acima.

- No trecho 1, a conjunção destacada desempenha uma função de oposição, diferente daquela destacada no trecho 2.
- Se, no trecho 4, substituíssemos “embora” por “considerando que”, não haveria mudança de sentido no texto.
- Em todos os trechos, todas as expressões destacadas desempenham a mesma função de oposição.
- No trecho 3, se substituíssemos a expressão destacada por “contudo”, não haveria mudança de sentido.
- No trecho 3, a expressão em destaque desempenha uma função de adição e poderia ser substituído por “nem” sem alteração de sentido.

A alternativa que contém apenas as proposições CORRETAS é

- I e II.
- II e IV.
- II e III.
- IV e V.
- II e V.

Leia o TEXTO 04 para responder à questão 10.

TEXTO 04

POR QUE AS PALAVRAS MUDAM DE SENTIDO NO CORRER DO TEMPO?

No seu percurso histórico, as palavras adquirem novos sentidos e estabelecem novas relações semânticas umas com as outras, e essas alterações decorrem de múltiplos fatores. Vejam-se, nesse breve texto, a ampliação ou mudança de sentido da palavra “fortuna”, que evoluiu de sentido no curso do tempo.

A palavra “fortuna”, vem do Latim fortuna, de “fors”, “possibilidade, força”. Na origem, designava a “sorte (boa ou má)”. O dicionário de Língua Portuguesa Aurélio registra diversas acepções de “fortuna”, como casualidade, destino, ventura. No entanto, ainda em latim, ela perdeu a conotação negativa e se especializou apenas como “boa sorte”, por exemplo, nas cartas de Cícero. Com o tempo, acabou ganhando mais um significado, que, hoje em dia, é o mais conhecido: “riqueza”.

(Fonte: <http://www.gostodeler.com.br/materia/18794/Por_que_as_pala.html>. Acesso em: 03/02/16. Adaptado.)

10. Na frase “**No entanto, ainda** em latim, ela perdeu a conotação negativa...” (2º parágrafo). Os termos destacados, no contexto supracitado, têm o sentido de
- a) causa.
 - b) consequência.
 - c) adversidade.
 - d) explicação.
 - e) concessão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O Decreto nº 7.602, de 07, de novembro de 2011, dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST). Essa política tem como finalidade promover a saúde e a qualidade de vida do trabalhador, bem como prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Sobre isso, é CORRETO afirmar que
- a) compete à Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho a gestão executiva da PNSST.
 - b) cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego elaborar e revisar, em modelo bipartite, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.
 - c) a PNSST tem como princípios: universalidade, prevenção, diálogo social, integralidade e ações de promoção, proteção e prevenção.
 - d) o Ministério da Saúde é responsável por definir apenas com as secretarias de saúde estaduais os parâmetros para acompanhar as ações de saúde do trabalhador.
 - e) o Comitê Executivo deve acompanhar a implementação e revisar periodicamente a PNSST.

12. “Ergonomia é o estudo do relacionamento entre o homem e o seu trabalho, equipamento e ambiente e, particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução de problemas surgidos desse relacionamento” (*Ergonomics Research Society*, Inglaterra). O desenvolvimento de um posto de trabalho com enfoque ergonômico é feito nas seguintes etapas: análise detalhada da tarefa a ser executada; arranjo físico; dimensionamento, construção e teste do posto. Assinale a alternativa CORRETA acerca dessas etapas.
- a) O teste definitivo do posto de trabalho deve ser feito em modelo de madeira ou papelão apenas para simular a distribuição espacial dos elementos.
 - b) A análise detalhada da tarefa a ser executada estuda os tempos e os movimentos corporais para realizar a tarefa, indicando o método de menor tempo gasto de execução da atividade.
 - c) Na etapa de arranjo físico, é feito o desenho do posto de trabalho, indicando o local das ferramentas e máquinas e suas respectivas dimensões.
 - d) Para a construção do posto de trabalho, após o teste inicial, as especificações (desenhos técnicos e perspectiva, especificações de montagem e de materiais) já podem ser enviadas para o fabricante do posto.
 - e) O dimensionamento do posto de trabalho deve levar em consideração a postura adequada do corpo, os movimentos e alcances corporais, a antropometria do trabalhador e as dimensões de máquinas.

Leia o TEXTO 05 para responder à questão 13.

TEXTO 05

A mediação da Justiça do Trabalho entre a fábrica Y e o Ministério Público do Trabalho vai ajudar a combater o envenenamento de trabalhadores por chumbo. O acordo foi feito na 2ª Vara do Trabalho, em Ação Civil Pública cumulada com Ação Civil Coletiva ajuizadas contra a empresa que realizou os programas de saúde e o médico do trabalho responsável pelo atendimento dos trabalhadores.

(Adaptado de:
<http://www.protecao.com.br/noticias/doencas_ocupacionais/medico_e_reu_em_acao_de_envenenamento_por_chumbo/AJyAJajg/5028>. Acesso em: 29/01/2016).

13. A NR-07 obriga as empresas, que admitem trabalhadores como empregados, a elaborarem o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de preservar a saúde dos trabalhadores. Nesse programa são estabelecidos os parâmetros de controle da exposição ao risco ambiental e a periodicidade dos exames ocupacionais. Sobre o PCMSO é CORRETO afirmar que
- a) o empregador é responsável pela elaboração e implementação do PCMSO, mas pode cobrar uma pequena taxa do empregado para a realização das consultas e dos exames necessários.
 - b) no mínimo são obrigatórios os exames médicos: admissional, periódico, de retorno ao trabalho e demissional.
 - c) para trabalhadores expostos aos riscos apresentados na NR-07, a periodicidade dos exames complementares de marcadores biológicos é anual.
 - d) trabalhadores não expostos a riscos que desencadeiem doenças ocupacionais devem fazer exames médicos periódicos anualmente (se menores de 18 e maiores de 45), ou a cada dois anos (se maiores de 18 e menores de 45).
 - e) o médico coordenador do PCMSO deve realizar tanto as avaliações clínicas quanto os exames complementares previstos na NR-07.

14. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um órgão mundial que discute temas estratégicos sobre as relações de trabalho no mundo. As suas convenções são tratados multilaterais estabelecidos entre os estados-membros. Esses se comprometem na implementação dos tratados em seus países, através de leis, decretos, normas, portarias e instruções normativas. De maneira geral, o que é CORRETO afirmar sobre as Convenções da OIT?
- a) Cada estado-membro é obrigado a submeter a Convenção à autoridade nacional competente para aprovação, em até vinte e quatro meses, de sua adoção.
 - b) Quando a Convenção é aprovada, o Governo (Presidente da República, no caso do Brasil) promove a ratificação do tratado junto à OIT.
 - c) A vigência internacional de uma Convenção tem início 15 meses após a ratificação da mesma por um estado-membro.
 - d) Se a Convenção não for denunciada em até 12 meses do término da validade da ratificação, a validade é renovada por mais 5 anos.
 - e) Toda Convenção contém no texto a sua área de aplicação, com a possibilidade apenas parcial da atividade econômica a critério da autoridade nacional competente.

Leia o TEXTO 06 para responder à questão 15.

TEXTO 06

O Ministério da Previdência Social (MPS) aprovou legislação em 2007, criando o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), que alterou o modo de definir o benefício da previdência para os casos de afastamento do trabalho acima de 15 dias. O número de casos da empresa com benefício auxílio-doença acidentário assim como os registros de toda a comunicação de acidente do trabalho (CAT) comporão os cálculos para a definição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que entrou em vigor em janeiro de 2010, implicando aumento ou redução da alíquota de contribuição da empresa para o Seguro Acidente do Trabalho (SAT). Essa nova legislação tem impacto muito grande nas empresas e é fundamental que cada empregador conheça esse processo com detalhe para poder tanto contestar junto à Previdência os casos considerados NTEP como também identificar os fatores geradores de maiores problemas de segurança e saúde e desenvolver ações preventivas e corretivas.

(Fonte Manual NTEP e FAP, SESI/CNI).

15. Sobre o NTEP, o FAP e os documentos probatórios dos controles ambientais e da saúde do trabalhador, é INCORRETO afirmar que
- a) o NTEP é decorrente de acidentes de trabalho típicos ou de trajeto, e de condições específicas em que a atividade é realizada e com ela relacionada diretamente.
 - b) o NTEP é aplicável quando houver estatística significativa entre o Código da Classificação Internacional de Doenças (CID) e o da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE).
 - c) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) faz parte do conjunto das documentações que comprovam as condições do ambiente em que a atividade é realizada.
 - d) a empresa, quando for requerer a não aplicação do NTEP, deve apresentar documentação que comprove que os agravos não possuem nexo com a atividade realizada pelo trabalhador.
 - e) o FAP permite à Receita Federal do Brasil (RFB) aumentar ou diminuir, de acordo com a frequência, a gravidade e o custo dos acidentes, a alíquota de riscos leve, médio ou grave que cada empresa recolhe para financiar os benefícios por incapacidade.

16. Tomando-se como base 1.000.000 (um milhão) de horas para o cálculo da Taxa de Frequência (TF) de acidentes de trabalho e 1.000 (mil) dias para cálculo da Taxa de Gravidade (TG) dos acidentes de trabalho e 200 (duzentas) horas trabalhadas por mês, por trabalhador, considere os dados a seguir.

Empresa A

Tempo de avaliação: 10 meses

Número de acidentes: 2

- 1 morte

- 1 acidente sem afastamento

Horas extras: zero

Número de funcionários: 100

Empresa B

Tempo de avaliação: 20 meses

Número de acidentes: 2

- 2 mortes

Horas extras: 100%

Número de funcionários: 100

O produto entre as TFs e a razão entre as TGs das empresas A e B são, respectivamente,

- a) 250 e 20
- b) 2,5 e 0,2
- c) 25 e 2
- d) 0,25 e 0,02
- e) 2500 e 200

Leia o TEXTO 07 para responder às questões 17 e 18.

TEXTO 07

“Dois homens morreram e outros três ficaram feridos após a explosão de uma das caldeiras da empresa X.”

(Adaptado de < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01>>. Acesso em 28.01.2016).

17. A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é o documento que registra um acidente ou doença do trabalho junto à Previdência Social. Esse registro deve ser feito pela empresa em determinado prazo. De acordo com a Previdência Social, qual deve ser o prazo de emissão de CATs em casos de mortos e feridos, respectivamente?
- a) Em caso de mortes, a CAT deve ser emitida em até trinta e seis horas; em caso de feridos, o prazo é de um dia útil após o acidente.
 - b) Em caso de mortes, a comunicação deve ocorrer em até vinte e quatro horas; em caso de feridos, o prazo é de até quarenta e oito horas após o acidente.
 - c) Em caso de mortes, a comunicação deve ser imediata; em caso de feridos, deverá ocorrer em até vinte e quatro horas após o acidente.
 - d) Em caso de mortes, a comunicação deve ser imediata; em caso de feridos, deverá ocorrer até o primeiro dia útil após o acidente.
 - e) Em caso de mortes, o prazo para emissão da CAT é de até quarenta e oito horas; em caso de feridos, o prazo é de até setenta e duas horas após o acidente.

18. Quando uma empresa possui caldeira(s) em suas instalações, ela deve cumprir o que determina a NR-13. Sobre essa determinação, é INCORRETO afirmar que
- o bloqueio inadvertido de dispositivos de segurança de caldeiras ou seu bloqueio intencional, sem a devida justificativa técnica para tal, é considerado como condição de risco grave e iminente de lesão grave à integridade física do trabalhador.
 - toda caldeira deve possuir na empresa onde está instalada: prontuário de caldeira; registro de segurança; projeto de instalação; projeto de alteração; relatórios de inspeção e certificados de calibração.
 - toda caldeira deve possuir manual de operação contendo: procedimentos de partidas e paradas; procedimentos e parâmetros operacionais; procedimentos de emergência e procedimentos de segurança.
 - a inspeção periódica das caldeiras deve ser feita em: 12 (doze) meses para caldeiras de categoria A, B e C; 15 (quinze) meses para caldeiras de recuperação de álcalis; e 24 (vinte e quatro meses) para caldeiras de categoria A, desde que aos 12 (doze) meses as pressões das válvulas de abertura tenham sido testadas.
 - toda caldeira deve possuir, em local próximo ao seu corpo: placa de identificação com nome do fabricante; número de ordem; pressão máxima de trabalho; pressão de teste hidrostático; capacidade de produção de vapor; área de superfície de aquecimento; código de projeto e ano de edição.
19. Segundo a Norma Regulamentadora nº 10, os estabelecimentos devem constituir Prontuários de Instalações Elétricas se possuírem cargas instaladas iguais ou superiores a
- 45 kW.
 - 65 kW.
 - 75 kW.
 - 55 kW.
 - 35 kW.
20. Sabe-se que, pelo anexo 1 da Norma Regulamentadora nº 15, o limite de exposição para ruídos contínuos ou intermitentes, em uma jornada de 8h, é de 85 dB (A) e que o Nível de Ação é de 50% do limite de tolerância. Dessa forma, o Nível de Ação em ambientes laborais que possuam a condição de nível de pressão sonora supracitada é de
- 80 dB (A).
 - 80 dB (C).
 - 42,5 dB (A).
 - 42,5 dB (C).
 - 65 dB (A).
21. O limiar de audibilidade se apresenta nas faixas
- na frequência de 16 Hz a 20 kHz, na pressão sonora de 2×10^{-5} N/m² a 200 N/m².
 - na frequência de 20 Hz a 16 kHz, na pressão sonora de 2×10^{-5} N/m² a 200 N/m².
 - na frequência de 16 Hz a 20 kHz, na pressão sonora de 2×10^{-6} N/m² a 200 N/m².
 - na frequência de 20 Hz a 16 kHz, na pressão sonora de 2×10^{-6} N/m² a 200 N/m².
 - na frequência de 16 Hz a 20 kHz, na pressão sonora de 2×10^{-4} N/m² a 200 N/m².

Leia o TEXTO 08 para responder à questão 22.

TEXTO 08

A diretoria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) embargou as obras do Rodoanel, onde o operário V morreu. Foi a segunda morte de trabalhador na construção do anel viário em menos de quatro meses.

(Adaptado de: <<http://www.odiariodemogi.com.br/cidades/cidades/22907-morte-causa-embargo-em-obra-do-rodoanel.html>>. Acesso em: 27/01/2016).

22. As obras, mencionadas no TEXTO 08, foram embargadas devido ao acidente fatal, mas poderia ter um ou mais setores de serviço e/ou máquinas interditados se fossem constatadas situações de risco grave e iminente. Assinale a única alternativa CORRETA sobre embargo e interdição.
- a) Condição de risco grave e iminente é aquela que pode provocar acidente de trabalho com lesão grave à integridade do empregado, mas não aquela que provoca a doença do trabalho.
 - b) Durante a vigência da interdição ou do embargo, não podem ser realizadas as atividades para a situação de risco grave e iminente.
 - c) O embargo implica apenas paralisação total da obra.
 - d) Os empregados devem receber os salários como se estivessem em efetivo exercício enquanto durar a paralisação devido ao embargo ou à interdição.
 - e) A interdição implica apenas a paralisação parcial da obra ou setor de serviço.
23. O Fator Acidentário Previdenciário (FAP) será aplicado às alíquotas de 1, 2 ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, como um multiplicador, incidente sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. As taxas de multiplicação variam entre
- a) 1 e 3
 - b) 0 e 3
 - c) 0,5 e 2
 - d) 1 e 2
 - e) 0,5 e 3
24. As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, excluindo o transporte em pequenas quantidades, a partir de
- a) 135 (cento e trinta e cinco) litros para os inflamáveis líquidos e 130 (cento e trinta) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
 - b) 135 (cento e trinta e cinco) litros para os inflamáveis líquidos e 200 (duzentos) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
 - c) 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 200 (duzentos) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
 - d) 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
 - e) 130 (cento e trinta) litros para os inflamáveis líquidos e 210 (duzentos e dez) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.

25. Um laudo sobre insalubridade realizado em um trabalhador que exerce a sua função no interior de um galpão não climatizado, cuja Taxa de Metabolismo representa 500 kcal/h, apresentou um IBUTG de 25 °C. Ao longo de 01 (uma) hora de expediente, o trabalhador
- não poderá exercer essa atividade.
 - terá que descansar, no mínimo, 45 minutos.
 - terá que descansar, no mínimo, 15 minutos.
 - terá que descansar, no mínimo, 30 minutos.
 - podará trabalhar ininterruptamente.
26. No que diz respeito à boa prática da prevenção de acidentes a ser aplicada nas empresas brasileiras, muitos são os treinamentos a serem ministrados para as equipes de trabalho, conforme atividades que desenvolvem e de acordo com a legislação de Segurança e Saúde do Trabalho em vigor. Entre estes treinamentos, encontramos o Curso para Formação de Cipeiros. Este curso deve
- possuir carga horária de 10 horas e possuir conteúdo programático a critério do seu ministrante.
 - possuir carga horária de 20 horas e possuir conteúdo programático de acordo como que está previsto na NR 5.
 - possuir carga horária de 10 horas e possuir conteúdo programático de acordo como que está previsto na NR 15.
 - possuir carga horária de 20 horas e possuir conteúdo programático a critério do seu ministrante.
 - possuir carga horária de 40 horas e possuir conteúdo programático de acordo como que está previsto na NR 5.
27. O quadro II, da Norma Regulamentadora nº 4, alterado pela Portaria SSMT nº 34, de 11 de dezembro de 1987, apresenta o dimensionamento dos SESMTs, Serviços Especializados em Saúde e Segurança e Medicina do Trabalho, estabelecendo os devidos quantitativos de profissionais em função da quantidade de empregados da empresa e seus respectivos *Graus de Riscos*. Dessa forma, para que uma empresa tenha, obrigatoriamente, que possuir, no mínimo, 2 (dois) Engenheiros de Segurança do Trabalho em seu quadro funcional terá que
- possuir grau de risco 2 e, no mínimo, 5001 funcionários.
 - possuir grau de risco 3 e, no mínimo, 1001 funcionários.
 - possuir grau de risco 4 e, no mínimo, 1001 funcionários.
 - possuir grau de risco 4 e, no mínimo, 2001 funcionários.
 - possuir grau de risco 1 e, no mínimo, 5001 funcionários.
28. A Norma Regulamentadora nº 9 estabelece as diretrizes para implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA – nas empresas. No escopo normativo de Saúde e de Segurança do Trabalho brasileiro, a atividade econômica desobrigada a implementar o PPRA em função da implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR – é a
- pesca.
 - mineração.
 - construção civil.
 - agricultura.
 - metalurgia.

29. A Engenharia de Segurança do Trabalho se utiliza de várias técnicas de análise de riscos tanto no âmbito da prevenção, quanto no aspecto da análise de infortúnios consumados. Quanto às diversas metodologias, “o uso de palavras-guias no desenvolvimento” e “o registro apenas de fatos na estratificação temporal das informações” se referem, respectivamente, às técnicas

- a) “hazop” e “árvore das causas”.
- b) “what if” e “árvore das causas”.
- c) “hazop” e “what if”.
- d) “fmea” e “what if”.
- e) “fmea” e “hazop”.

30. Em relação às interações de efeitos entre os agentes químicos ocupacionais, enumere a segunda coluna de acordo com as informações contidas na primeira coluna.

- 1. Aditivo () $A(2) + B(3) = AB(20)$
- 2. Sinérgico () $A(0) + B(2) = AB(10)$
- 3. Potenciação () $A(4) + B(6) = AB(8)$
- 4. Antagonismo () $A(2) + B(3) = AB(5)$

A sequência CORRETA é

- a) 2, 3, 4, 1.
- b) 3, 4, 2, 1.
- c) 2, 1, 4, 3.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 1, 4, 3, 2.

31. Um trabalhador, durante o tempo referente à jornada máxima permitida pela legislação brasileira, exclusive as horas extras, permaneceu exposto, durante 50% do período, a um nível de ruído de 90 dB(A) e 100 dB(A), a partir daí até o final do expediente. Caso ele não estivesse devidamente protegido, receberia uma dose percentual de

- a) 300 %.
- b) 400 %.
- c) 500 %.
- d) 600 %.
- e) 200 %.

32. Um soldador de um estaleiro, localizado em SUAPE, executa as suas atividades de solda a eletrodo celulósico revestido em um espaço confinado com renovação de ar. Porém, recomenda-se que ele trabalhe por toda a jornada neste ambiente, utilizando, ainda, entre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) prescritos para a sua função, a *proteção respiratória*, em face da presença dos aerodispersóides existentes no local. Em relação a este profissional, pode-se presumir e afirmar que

- a) ele se encontra na presença de poeiras e necessita de qualquer máscara de proteção.
- b) ele se encontra na presença de névoas e necessita de máscara com fator de proteção pff1.
- c) ele se encontra na presença de poeiras e necessita de máscara com fator de proteção pff1.
- d) ele se encontra na presença de fumos e necessita de máscara com fator de proteção pff1.
- e) ele se encontra na presença de fumos e necessita de máscara com fator de proteção pff2.

33. Em uma área de produção de uma empresa metal-mecânica, o Técnico de Segurança do trabalho, durante a inspeção, na fase de reconhecimento de riscos, e durante a renovação do PPRA / NR 9 da unidade para a qual estava trabalhando, percebeu a presença de uma caldeira do tipo flamotubular, alimentada a gás natural (GN), recém-instalada. Ao entrar na casa de caldeira, realizou uma dosimetria de ruído no operador do equipamento que trabalha no local por uma jornada de 8 horas por dia. A avaliação ocorreu durante um período ininterrupto de 4 (quatro) horas e permitiu a obtenção de um registro de dose projetada TWA igual a 1,05. Frente à avaliação do local, pode-se afirmar que
- o ambiente avaliado não é insalubre e dispensa medidas de proteção a este trabalhador.
 - o ambiente avaliado é insalubre, portanto recomendam-se medidas de proteção a este trabalhador.
 - o ambiente do trabalho é apenas periculoso.
 - o ambiente é apenas insalubre.
 - o ambiente não é periculoso.
34. A Higiene Ocupacional é uma importante ciência, bastante aplicada no mundo laboral da atualidade, ao contrário do que acontecia na primeira metade do século passado quando as condições de inúmeros trabalhos eram bastante insalubres e a sua aplicação ainda era tratada como *“algo novo e não muito acreditável”*. Hoje, no Brasil e no mundo, o domínio da Higiene Ocupacional serve de base para a elaboração de diversos programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais elaborados por profissionais habilitados, entre os quais destacamos o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), previsto na NR 9, da lei 6.514, do Ministério do Trabalho e Emprego. Este programa, para ter o Documento Base elaborado, segue um protocolo que orienta como ele deve ser tratado. Considere as alternativas a seguir e marque a única que expõe, numa ordem sequencialmente CORRETA, as etapas que compõem tal documento.
- Controle de riscos; Antecipação de riscos; Reconhecimento de riscos e Avaliação de Riscos.
 - Reconhecimento de riscos; Medição de riscos e Relatório global mensal.
 - Antecipação de riscos; Reconhecimento de riscos; Avaliação de Riscos e Controle de Riscos.
 - Reconhecimento de riscos; Avaliação de Riscos; Relatório Global anual e Plano de ações.
 - Avaliação de riscos; Controle de riscos; Antecipação de riscos e Reconhecimento de riscos.
35. O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), previsto na legislação do Ministério da Previdência e Assistência Social, é um documento obrigatório a ser entregue aos empregados, gratuitamente, no ato da homologação do seu desligamento empregatício, visando futuros pleitos de aposentadoria junto a esse Ministério. O PPP deve ser elaborado por profissional habilitado e deve ser baseado em documento que descreva o ambiente laboral, as atividades desenvolvidas em cada cargo / função desempenhada na empresa em todo o período laboral, os riscos correspondentes às atividades e as medidas de prevenção, caso existam. O documento no qual o PPP deve se basear para a sua elaboração é
- PT - Permissão de Trabalho.
 - Mapa de Riscos Ambientais.
 - PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
 - LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho.
 - APR - Análise Preliminar de Riscos.

36. O *Taylorismo* foi uma Teoria ou Escola da Administração que se desenvolveu, em sua época, gerando subsídios para se contrapor ao principal mote sustentável da Ergonomia nos dias atuais. Nessa seara dialética, pode-se afirmar que o viés filosófico do *Taylorismo* foi a
- observância às hierarquias.
 - autonomação das tarefas.
 - subdivisão das tarefas.
 - burocratização mínima.
 - adaptação do homem ao trabalho.
37. Em relação ao prazo previsto para registro da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – das empresas junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com a NR 5, após ocorrer a eleição, pode-se afirmar que
- o prazo para registro da CIPA é de 15 dias após sua instalação e posse.
 - o prazo para registro da CIPA é de 10 dias após sua instalação e posse.
 - não há mais necessidade de registro da CIPA junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego após eleição.
 - a CIPA, uma vez registrada junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, não precisa de ratificação a cada eleição.
 - a CIPA dispensa qualquer comprovação de sua existência ao órgão fiscalizador.
38. A sinalização de segurança é obrigatória e sempre recomendada para prevenir acidentes do trabalho nos ambientes laborais. A cromologia empregada nas sinalizações de segurança facilita o entendimento dos riscos de acordo com a sua natureza. Para facilitar a percepção dos riscos, no ambiente laboral, relativos a uma ADVERTÊNCIA; IDENTIFICAÇÃO DA PRESENÇA DE ÁLCALIS e uma TUBULAÇÃO DE AR COMPRIMIDO, respectivamente e nesta ordem, devem ser empregadas as seguintes cores:
- laranja, azul e lilás.
 - laranja, verde e azul.
 - amarelo, azul e verde.
 - amarelo, preta e azul.
 - amarelo, lilás e azul.
39. O setor de Segurança e Saúde do Trabalho de uma empresa fabricante de autopeças, instalada na cidade de Goiana – PE, registrou, no ano de 2015, um total de 40 acidentes, sendo 11 acidentes com afastamento e 29 acidentes sem afastamento. Essa empresa ainda computou, naquele ano, um total de 1.000.000 de horas trabalhadas entre horas normais e horas extras, com perda de 02 pododáctilos. Frente a estes dados, pode-se afirmar que o CF – Coeficiente de Frequência – de acidentes do trabalho, nesta unidade fabril, referente ao ano de 2015, foi de
- 11,00
 - 39,0
 - 12,0
 - 11,22
 - 40,0

40. O acelerômetro é um aparelho utilizado no estudo da Higiene Ocupacional para realização de avaliação quantitativa ocupacional de vibrações em trabalhadores. A vibração é um agente físico ambiental que deve ser estudado conforme os parâmetros e procedimentos técnicos previstos nas Normas de Higiene Ocupacional NHO 09 e NHO 10 da Fundacentro, do Ministério do Trabalho e Emprego. Sobre a exposição ocupacional à vibração mecânica, é CORRETO afirmar que
- a) se utiliza um dispositivo denominado “*almofada*” para avaliação ocupacional de vibração em mãos e braços.
 - b) a NHO 09 trata de avaliação ocupacional de vibração em mãos e braços e o limite de exposição ocupacional diária à vibração em mãos e braços adotado, nesta norma, corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 5 m/s².
 - c) a NHO 10 trata de avaliação ocupacional de vibração no corpo inteiro.
 - d) se utiliza sempre um acessório denominado de “*luva*” para avaliar vibração de corpo inteiro.
 - e) a definição do ciclo de exposição é uma variável fundamental no planejamento do plano estratégico de avaliação ocupacional de vibração de qualquer tipo.